



“O GUERREIRO TOGADO”: NARRATIVA E IDENTIDADES NA OBRA DE PEDRO NUNES.

Giulianne Chrishina Barros dos Anjos

Prefeitura Municipal de Fagundes/PB, giuliannebarros@yahoo.com.br

Este trabalho objetiva analisar a narrativa presente no livro “Guerreiro Togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro” do escritor Pedro Nunes, a partir da perspectiva de que, ao mesmo tempo em que produz representações para os fatos narrados no livro, ele atua no processo de construção de identidades, não só para os agentes históricos do passado, mas para os sujeitos do presente. “Guerreiro Togado” narra os conflitos armados que ocorreram na Paraíba entre os anos de 1911-1912, liderados pelo coronel-bacharel Augusto Santa Cruz, conflitos esses provenientes da região de Alagoa do Monteiro e que estenderam por várias cidades paraibanas. Nesse sentido, a forma como a figura de Augusto Santa Cruz vai sendo construída no decorrer do livro deixa transparecer a relação estreita entre História e Memória, como também a atuação de ambas no processo de construção das identidades. Conservar a Memória local, para Pedro Nunes, significava propiciar aos moradores do presente o conhecimento não só de suas raízes, mas de características suas “natas” que deveriam ser novamente evidenciadas, valorizadas e de fato vivenciadas em seu cotidiano. Pedro Nunes constrói assim não apenas uma impressão, uma representação sua sobre as ações armadas de Augusto Santa Cruz, mas busca situar essas ações no que seria próprio da cultura formadora das pessoas que desse conflito participaram. “Guerreiro Togado” atua, dessa forma, instituindo lugares, formas de ver e dizer não apenas fatos históricos passados, mas também o quê desse passado percorreu os anos e chegou ao presente, compondo a identidade de seus conterrâneos, mesmo que disso não se apercebam. Palavras-chave: identidade, Augusto Santa Cruz, Pedro Nunes.



Produzir um texto historiográfico é percorrer um longo caminho de busca por fontes e referenciais teóricos que embasem nossas pesquisas. É entrar em contato com pessoas de um outro tempo, com vivências, muitas vezes, bastante diferentes das nossas, algo que nos coloca diante de uma multiplicidade de pensamentos, de formas de ver a vida, de significar as relações sociais. Mas, ao adentrarmos por este caminho, também podemos nos reconhecer em alguns aspectos das vidas dos homens e mulheres que estamos estudando e, assim, percebemos o processo de continuidades e discontinuidades que envolve a história.

Em nossa dissertação de mestrado¹, tentamos seguir alguns *rastros* deixados pelas pessoas que vivenciaram um conflito armado que convulsionou o Estado da Paraíba, em 1911 e 1912, o qual teve como líder o coronel-bacharel Augusto Santa Cruz, natural de Alagoa do Monteiro, que, em meio ao seu desprestígio político, se revoltou contra os governantes paraibanos. Tomamos emprestada aqui a noção de *rastro* discutida por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*, volume III. O autor parte da premissa de que “Se os arquivos podem ser ditos instituídos, e os documentos, coletados e conservados, é com o pressuposto de que o passado deixou um rastro, erigido por monumentos e documentos como testemunho do passado. Mas que significa deixar um rastro?” (RICOEUR, 1997, p. 200)

Para Ricoeur, o *rastro* é o vestígio, é a marca deixada pela ação de alguém. É, portanto, a indicação da passagem de algo, sem, no entanto, nos revelar o que passou. Diante da impossibilidade de refazer a passagem, ou seja, de presenciar a ação que deixou o *rastro*, resta ao historiador segui-lo, pois o *rastro* permanece e nos liga ao momento em que a ação ocorreu. São os *rastros* que permitem ao historiador visualizar as ações dos homens no passado, ações que só podem ser apreendidas por meio dos vestígios que se mantêm preservados.

O documento assume significância por conter estes *rastros* que possibilitam ao historiador se deparar com as diversas realizações humanas no tempo, e com as representações a elas conferidas. Partimos da premissa de que diversas foram as representações conferidas à revolta de Augusto Santa Cruz, entendendo, a partir da leitura de Sandra Pesavento (2003), que as representações referem-se à forma como as pessoas compreendem a si e aos outros, à forma como conferem significados a sua vivência, sendo através delas que ocorrem os processos de identificação, reconhecimento, inclusão e exclusão.

Os primeiros *rastros* que encontramos sobre o movimento liderado por Augusto Santa

¹ Ver Anjos (2009).



Cruz foram organizados e publicados no livro *Guerreiro Togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro*. A leitura deste livro foi o primeiro passo para compreendermos como as caracterizações da revolta de Augusto Santa Cruz transitavam de um movimento “revolucionário”, para atos de um “sanguinário”, pois o autor, Pedro Nunes Filho, historiciza a trajetória política de Augusto Santa Cruz, bem como a revolta liderada por ele.

Foi através da obra de Nunes que estabelecemos o primeiro contato com o tema, sendo que ela se configura como de fundamental importância, na medida em que algumas informações sobre o conflito só encontramos neste livro. Nesse sentido, mostrou-se pertinente analisarmos a forma como Pedro Nunes construiu sua narrativa sobre a revolta, percebendo como o autor a representou. Tal análise acabou por nos mostrar como, para além de um registro de memórias de fatos ainda não evidenciados pelos historiadores, o texto de Pedro Nunes se notabiliza por ser uma construção identitária não só para Augusto Santa Cruz, mas para o homem monteirense/caririzeiro não só do passado, mas também do presente. Passemos a análise da obra.

“O guerreiro togado”: a(s) identidade(s) de Augusto Santa Cruz na obra de Pedro Nunes.

Pedro Nunes Filho era bacharel em Direito, professor e autor de vários livros, cresceu no cariri paraibano, tal qual Augusto Santa Cruz². Baseando-se na memória de alguns entrevistados e em jornais e documentos da época, a narrativa construída por Pedro Nunes nasceu do desejo que o autor nutria de registrar em livro a história que crescera ouvindo seu pai contar. Trata-se de uma história que ainda não tinha despertado o interesse de historiadores, até porque, na própria região, palco do conflito, poucos são os que têm conhecimento da sua ocorrência. Mas, mesmo não fazendo parte da memória “oficial” da região, essa história continuou viva nas lembranças de algumas pessoas, lembranças que vão sendo “transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política.” (POLLAK, 1989, p. 8)

Passados oitenta anos da ocorrência dos fatos, Pedro Nunes estava ciente de que muitas das fontes dessa história estavam na iminência de desaparecerem, como de fato aconteceu, na medida em que alguns de seus entrevistados faleceram antes mesmo da publicação do livro.

² Pedro Nunes (1945-2017) cresceu na zona rural da cidade de Prata, antigo distrito de Alagoa do Monteiro, hoje Monteiro.



Neste sentido, a intenção maior do autor com o livro era contribuir com a memória da região, uma vez que tendo vivido no cariri ocidental paraibano, ele via-se envolvido pela história, como se percebe na sua fala

Filho da região, envolvido nos sentimentos do povo, confesso ao leitor que nem sempre consegui manter uma posição de equidistância, de imparcialidade. Há ocasiões em que o autor se envolve, opina, posiciona-se, mas em momento algum troca a verdade pela fantasia, mantendo-se rigorosamente fiel ao que leu nos documentos e ouviu nos depoimentos que lhe foram dados. Não sendo escritor, esforcei-me para, dentro dos limites de minhas possibilidades, organizar e documentar fatos históricos que reputo importantes para a memória da região. (NUNES, 1997, p. 29)

Indo além, esta intenção do autor se configura como um testemunho da “vivacidade das lembranças individuais e de grupos durante dezenas de anos, e até mesmo séculos.” (POLLAK, 1989, p. 8) Percebemos ainda, através desta fala de Nunes, que o autor parece não compreender suficientemente a fronteira entre História e Memória que envolve seu trabalho, uma vez que diz contribuir para a memória da região por meio do que considera ser o resgate dos fatos históricos. Ora, ocorre que é justamente o contrário que o autor faz, pois é através da memória de seus depoentes que ele construiu a trama que envolveu a revolta de Santa Cruz, não deixando de contribuir com a memória, na medida em que registra os relatos de seus depoentes.

No entanto, é notório que não podemos cobrar do autor os rigores metodológicos próprios a uma produção historiográfica, haja vista que Pedro Nunes não é historiador de profissão. Assim, passemos a elencar alguns pontos que se sobressaem na narrativa de Pedro Nunes. De início, podemos dizer que o autor se preocupa em caracterizar o recorte temporal e o espaço físico em que a revolta ocorre. Para isso, evidencia que o período foi marcado pelas secas, migração e messianismo, ao dizer que

Para melhor compreender os movimentos políticos reinantes no interior do Nordeste, como é o caso (...) da ação armada do Bacharel Santa Cruz, no Cariri paraibano, é necessário ressaltar que de 1877 a 1915, o Nordeste brasileiro foi atingido por secas devastadoras. (...) Foi a época das grandes migrações, (...). [Outros se refugiaram] na religião, no messianismo ...” (NUNES, 1996, 47- 49)

Algo bastante corrente na literatura, pois secas, migração e messianismo são fenômenos associados ao “Nordeste, isto é, como marcas ou caras frequentemente utilizadas quando se trata de representar socialmente o que é ‘ser nordestino’.” (ANTUNES, 2002, p. 125)

Apesar de ser um período de secas, com relação à região de Alagoa do Monteiro, Nunes chama

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



atenção para a importância que o ciclo do algodão teve para seu desenvolvimento econômico. É ao enfatizar este aspecto que percebemos que a narrativa carrega um pouco de nostalgia, pois ao focar o declínio da produção algodoeira, principalmente a partir dos anos de 1950, o autor diz que no município foram “ficando apenas as marcas do progresso na fachada dos casarões, na imponência das fazendas que marcaram época, nos currais de pau-a-pique, no mobiliário rústico das casas de residência, ...” (NUNES, 1997, p. 74)

Percebemos que sob o olhar do presente que Pedro Nunes dirige ao tempo da revolta, ou seja, ao passado, mesclam-se as suas impressões, sobre a região, fruto de sua vivência nela e aquelas que resultam de suas lembranças fornecidas pela tradição oral. Assim, cruza-se uma imagem do presente que reflete uma região saudosa do porte que já teve e uma imagem do passado que remete a um tempo de efervescência econômica. Isto não está explícito no texto, estando, portanto, no seu *não-dito*, correspondendo ao fato de que “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.” (POLLAK, 1989, p. 9)

Em meio a isso, o autor visualiza Santa Cruz como um homem “dotado de inteligência, coragem e ousadia” (NUNES, 1997, p. 82), advindo daí a sua pretensão de destituir o Alvarismo³ do comando político do Estado. Os relatos do autor sobre a personalidade de Augusto Santa Cruz se contradizem, pois ora o caracteriza quase como um “revolucionário”, como se percebe a seguir

O exercício da politicagem togada induzia magistrados a tomar decisões ao sabor de seus interesses políticos, revoltando pessoas irrequietas como Augusto Santa Cruz que, não obstante os erros cometidos, teve o mérito de sacudir o Cariri paraibano, onde o povo acomodara-se à liderança de chefes políticos viciados, acostumados a tirar candidatos do bolso do colete e a comandar eleições, ... (NUNES, 1997, p. 88)

Ora diz que Augusto Santa Cruz “era a encarnação do coronelismo prepotente, arbitrário e despótico, acostumado a resolver tudo à bala.” (NUNES, 1997, p. 101) Na verdade, o que Pedro Nunes percebe posteriormente é que a personalidade de Augusto Santa Cruz era por si só contraditória, expondo que “Se por um lado mostrava-se temperamental e explosivo, por outro, era também afável, acolhedor, brando, um homem de finíssimo trato.” (NUNES, 1997, p. 227)

Diante destas falas de Pedro Nunes sobre Augusto Santa Cruz, percebemos que a caracterização feita pelo autor apresenta traços semelhantes aos que estão comumente presentes, principalmente, na literatura regionalista nordestina que enfoca as práticas

³ Alvarismo era o grupo político liderado por Álvaro Machado, que esteve à frente das decisões político-governamentais na Paraíba por cerca de vinte anos (1892-1912).



coronelísticas. Este entendimento se alicerça na análise que a historiadora Maria Lucinete Fortunato (2008) faz sobre a construção da imagem do coronel como símbolo do poder local no chamado “Romance de 1930 no Nordeste”.

Neste sentido, a autora evidencia que autores como José Lins do Rego, Jorge Amado e Dias Gomes constroem imagens de diferentes formas para o coronel, o que acaba por produzir vários tipos de coronéis. Assim, quando Pedro Nunes significa a personalidade de Augusto Santa Cruz como sendo contraditória, o autor está implicitamente e/ou talvez inconscientemente, corroborando no seu texto com as formulações literárias sobre a imagem do coronel, nas quais, segundo Fortunato (2008),

(...) o coronel que até um determinado momento histórico se configurava como símbolo cuja referência seria a patente da Guarda Nacional, quando começa a ser constituído com o objetivo de representar ou de encarnar o poder local, passa a ser uma figura permeada por contradições e ambigüidades, podendo ser, ao mesmo tempo, o coronel do atraso e o coronel modernizador; o coronel que pratica a violência e que pacifica; o coronel que é bondoso e que é cruel; o amante carinhoso e o marido poderoso e dominador; o pai que tudo faz para construir o futuro dos filhos, mas que possui total controle sobre a vida destes; (...) (p. 219)

Esta ambigüidade da personalidade de Augusto Santa Cruz é constantemente reiterada em várias passagens do livro de Pedro Nunes, passagens como esta: “Formado na escola dos velhos coronéis do sertão a cuja ação política se opunha, sem deles se diferenciar muito, Santa Cruz, homem, obstinado e teimoso, tinha sempre um raciocínio linear, qualquer que fosse a situação.” (NUNES, 1997, p. 284) Além de corroborar novamente com formas de “ver e dizer” o coronel já instituídas – não só pela literatura, como também por textos de historiadores e cientistas sociais⁴ – esta passagem específica se coaduna ainda com o ideário, que circula na literatura local, de que o monteirense é marcado por um senso nato de justiça e obstinação, consciente de seus deveres e objetivos, que não mede esforços para concretizá-los. Como se percebe na fala de José Rafael de Menezes (1993)

Todo patriarca monteirense é um homem lúcido e confiante, astuto e bem humorado, com seu senso do tempo e sua consciência histórica. Principalmente bem dotado de uma energia vital que começa com a virilidade e se expressa com uma vontade lúcida de brigar por seus objetivos. (p. 18)

Diante destas questões que levantamos sobre a narrativa de Pedro Nunes, chegamos ao ponto que acreditamos ser de convergência, que é a construção de uma memória escrita profundamente comprometida com a edificação de uma identidade social. São as

⁴ Ver em FORTUNATO (2008).



representações que as pessoas constroem acerca dos diversos âmbitos de suas vidas que atuam na produção de suas identidades.

Construímos nossas identidades de acordo com as diferentes situações nas quais nos vemos inseridos. A respeito disto, Lucília de Almeida Neves Delgado esclarece que “as identidades podem ser renováveis e, na maior parte das vezes, encontram-se demarcadas pelo reconhecimento e pela constatação das diferenças. (...) Nesse sentido, as identidades, que são também representações, constituem-se através da polaridade eu/outro.” (DELGADO, 2006, p. 61-62) As identidades são, portanto, formadas através da relação com a alteridade, da comparação do eu com o outro.

Tal como as identidades, a memória também é marcada por estar em constante renovação. Existe uma forte relação entre memória e identidade social. A memória, operação que reúne todo um acervo de informações e materiais que salvaguardam o passado, contribui para reforçar ou rechaçar laços de pertencimento. Segundo Michel Pollak, suas funções essenciais são “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, ...” (POLLAK, 1989, p. 9)

A memória se configura como um processo que seleciona, que organiza os fatos, as experiências, algo que parte das preocupações reinantes no momento em que ela está sendo organizada, estruturada. Quando se trata de uma memória herdada – ou seja, memória de um período que não se viveu, mas com o qual se identifica –, como é o caso da narrativa de Pedro Nunes, a ligação com o sentimento de identidade é ainda mais estreita.

É recorrendo à memória que tanto indivíduos como comunidades constroem continuamente “o sentido da imagem de si, para si e para os outros.” (POLLAK, 1992, p. 24), alicerçando, assim, suas identidades. Em outras palavras, Pedro Nunes recolhe aqueles traços que acredita serem característicos do grupo social em que está inserido, por meio da memória. Através de suas lembranças e daqueles que entrevistou, ele compreende que a revolta de Augusto Santa Cruz, por mais contradições e desvarios que tenha tido, foi “um movimento de rebeldia numa região que cultivava, e ainda hoje cultiva, o silêncio, o conformismo e a aceitação de decisões contrárias a seus interesses políticos e econômicos, ...” (NUNES, 1997, p. 333)

Pedro Nunes parece acreditar que os habitantes de Monteiro mesmo possuindo um senso nato de luta, de astúcia, a cidade perece no decorrer de sua história, por enfrentar “a ação perniciosa daqueles que se apropriam do dinheiro público destinado a combater o desespero, a miséria e a erradicar a pobreza crônica,



endêmica.” (NUNES, 1997, p. 333) Desta forma, entendemos que Augusto Santa Cruz representaria para o autor, mesmo com seus erros, um pequeno receptáculo desse monteirense obstinado. Suas ações não serviriam como exemplo, mas sua obstinação sim. Daí que conservar a memória destas ações teria como mérito maior possibilitar que a população monteirense se apercesse da sua obstinação latente, da sua capacidade e necessidade de reivindicar, de defender fortemente seus interesses.

Assim, implicitamente o autor empreende a reconstrução de uma memória simultaneamente à reconstrução de uma identidade social. Ao fazer o passado ressurgir no presente, ele o faz com interesses que se vinculam ao tempo da sua escrita. Isto nos remete ao conceito de rememoração, tal como afirma Gagnebin (1997)

A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. (p. 91)

A identidade conferida ao homem monteirense seria, portanto, a de um homem forte, lutador, mas que se deixou esmorecer pelas dificuldades da vida. O que não significa que tenha perdido a capacidade de confiar em sua força de vontade, mas sim que necessita ser estimulado, retirado de sua passividade momentânea, o que deveria ocorrer através do “campo das idéias, pela conscientização política, pelo despertar para projetos do bem-comum, enfim pela educação.” (NUNES, 1997, p. 336)

A produção das identidades ocorre, portanto, em meio ao desenrolar do processo de seleção e salvaguarda do passado, no qual a memória atua juntamente com a história. Elas são os suportes que permitem ao ser humano reunir as referências necessárias para seu auto-reconhecimento como pessoa e como membro de uma comunidade, para a percepção de seu presente a partir da distinção com seu passado. Desta forma, apesar das diferenças existentes entre história e memória, é a participação na construção da identidade e na representação do passado que as aproxima, pois como salienta Delgado (2006)

Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, História e memória, através de uma inter-relação dinâmica, são suportes de identidades individuais e coletivas, que se formam no processar diacrônico e sincrônico da vida em sociedade. (p. 45)



Assim, na medida em que a memória fornece elementos para que os homens construam suas identidades, não só individuais, mas também dentro de uma coletividade, ela também possibilita que o homem atue enquanto agente da construção da história, algo que, como demonstrado, percebemos marcadamente na obra de Pedro Nunes. História e memória estão, enfim, inseridas no processo contínuo do auto-reconhecimento individual e coletivo.

Referências Bibliográficas

ANJOS, Giulianne Chrishina Barros dos. **A Revolta de Augusto Santa Cruz: drama e política na Parahyba (1911-1912)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. 2009.

ANTUNES, Nara Maria de Maia. Caras no Espelho: identidade nordestina através da literatura. IN: BURITY, Joanildo. (org.) **Cultura e identidade. Perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 125-141.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O Conceito de Coronelismo e a Imagem do Coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Campina Grande/PB: EDUFCEG, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. IN: NAXARA, Márcia Regina e BRESCIANI, Maria Stella. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004, (p. 85-94)

MENEZES, José Rafael de. **Patriarcas de Alagoa do Monteiro**. Recife/PE: Ed. Universitária/UFPE, 1993.

NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro Togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro**. Recife/PE: Ed. Universitária/UFPE, 1997.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas/SP: Papiros, 1997. Tomo 3.